

Credores querem o Brasil sob orientação do FMI

E querem que o Fundo faça relatórios semestrais sobre o comportamento da economia

SARNEY DIZ: Só se não houver recessão

Seu governo não vai aceitar imposições que impliquem recessão e sacrifícios, o presidente mandou dizer por seu porta-voz. Mesmo assim, as autoridades econômicas estão avaliando a proposta dos bancos, que querem a segurança do monitoramento do FMI em troca do acordo para a

negociação plurianual da dívida externa. A proposta de monitoramento foi, na verdade, apresentada ao ex-ministro Pastore e estabelecia que o FMI exerceria o papel de auditor permanente da economia brasileira até o ano 2000.

O Brasil não vai mais entrar no "mercado de peixes" criado pelo governo Figueiredo, fazendo concessões impossíveis e promessas que não podem ser cumpridas. Nas novas negociações com o FMI e os bancos credores, o governo Sarney não vai aceitar imposições que impliquem recessão e sacrifício. O alerta foi feito ontem por um dos assessores do presidente, o jornalista Frota Neto, depois de uma reunião de Sarney com o ministro Francisco Dornelles.

Ao usar a expressão "mercado de peixes", o assessor provavelmente queria se referir às condições em que o governo anterior vinha negociando a dívida, sem nenhuma autonomia. Agora — pelo menos esta é a idéia que Frota Neto quis transmitir — o governo está firmemente decidido a não aceitar medidas recessivas. "O governo", disse ele, "não é irresponsável, nem reivindica que o Fundo aceite o impossível. E a sociedade vai dar apoio ao presidente, para adotar uma postura firme, apesar das pressões que venham do Exterior".

Segundo Frota Neto, o governo está avaliando a proposta dos bancos credores, de que o FMI exerça uma fiscalização sobre a economia brasileira e elabore relatórios semestrais para verificar se o País está obedecendo à orientação dos credores. E explicou:

"É claro que não fazer recessão pode não compor a quadra que o Fundo possa considerar a ideal. Mas o que acontece é que a estratégia de negociação desse governo é diferente das estratégias adotadas no passado. O presidente Sarney está convicto de

que com as políticas já anunciadas o Brasil cresce, este ano, a uma taxa de 5%, atua sobre a inflação e diminui a taxa real da dívida externa."

Crescimento

A proposta de "monitoramento" que os bancos apresentaram ao governo passado estabelece que o FMI exerceria um papel de auditor permanente da economia brasileira até o ano 2000, fazendo análises do desempenho do comércio exterior e do combate ao déficit público. "O Brasil, como todos os países-membros do Fundo, está sujeito a prestar informações anuais. A questão do monitoramento está em exame, mas em hipótese alguma será admitido um acordo com o FMI e os bancos que não garanta o crescimento mínimo da economia", declarou Frota Neto.

O que os negociadores brasileiros forçosamente terão de colocar à mesa das discussões com o comitê de assessoramento dos bancos são os termos do acordo plurianual que o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, acertou no final do governo passado em Nova York, pelos quais o Brasil se submeteria ao monitoramento sem qualquer contrapartida de empréstimos do FMI.

Esse aspecto dos acertos de Pastore não foi levado ao conhecimento público na época, e quando o então candidato vitorioso à Presidência da República, Tancredo Neves, disse que preferia que o acordo com os bancos fosse fechado ainda no governo Figueiredo, provavelmente não tinha informação so-

bre o que de fato ocorria. Porém, o comitê de bancos protelou a assinatura do acordo, agindo com cautela, preferindo aguardar a posse dos novos governantes.

A proposta aceita por Pastore — que ficou sem assinatura — não comprometia os bancos com a possível concessão de novos empréstimos ao Brasil durante o prazo de vigência do acordo, de 1985 a 1991, período em que o País pagaria US\$ 9 bilhões de amortizações, apesar de informações corretas na época de que seriam saldados somente juros. A negociação plurianual arrulava o montante de US\$ 45 bilhões, pagáveis em 18 prestações semestrais crescentes, a partir de junho de 1992. A proposta dos bancos, aceita pelo governo anterior, estabelecia ainda a prorrogação das linhas de crédito comercial no valor aproximado de US\$ 10 bilhões por dois anos e a dilatação das linhas interbancárias, de cerca de US\$ 6 bilhões, por dois anos.

A proposta dos credores previa que o País, neste e nos próximos seis anos, devia fazer pagamentos integrais dos juros (mais US\$ 9 bilhões de amortizações do principal), significando que a remessa só de juros alcançaria US\$ 55 bilhões.

Este é um ponto em que o atual governo centraliza suas atenções. O acordo inacabado de Pastore previa apenas a redução das taxas de risco (spreads) para 1,4% ao ano, em média, no período de 1985 a 1991. Nestes termos, a renegociação seria desvantajosa para o Brasil se comparada às concessões que os bancos fizeram ao México.

